

PRAÇA SALDANHA MARINHO: POLUIÇÃO VISUAL¹

SALDANHA MARINHO SQUARE: VISUAL POLLUTION

Elzi Lisboa Mezzomo²

Ana Maria Noro Grando³

RESUMO

Neste trabalho privilegia-se como objeto de estudo, a poluição visual da Praça Saldanha Marinho, em Santa Maria – RS. O objetivo, neste artigo, foi verificar, por meio da análise de fotos antigas e atuais da praça, as mudanças que nela ocorreram. Objetivou-se também buscar, junto aos profissionais da área de arquitetura, urbanismo e engenharia florestal, um parecer técnico sobre as reais condições funcionais, estéticas e ambientais dessa área que visa ao lazer, pois embora seja reconhecida, por seu valor histórico - cultural, como um dos mais antigos e importantes logradouros da cidade, vem apresentando agressões visuais, que afetam a qualidade, as condições de uso e o desenho urbano.

Palavras-chave: praça, meio ambiente, poluição visual.

ABSTRACT

This study's objective is to focus the visual pollution which can be noticed at Saldanha Marinho Square in Santa Maria-RS. Through the analyses of old and current pictures the objective of this article is to verify the changes that square have gone through. It also aims at looking for a technical written opinion about the actual functional, aesthetical and environmental conditions of that space which, originally, was conceived to be a recreational area. Although well known by its historical and cultural value, as one of the oldest and most important sites in the city, it has suffered visual aggressions that have affected either its quality, usage conditions and urban design.

Keywords: square, environment, visual pollution.

1 Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental - UNIFRA.

2 Aluna do Curso de Especialização em Educação Ambiental - UNIFRA, email: emezzomo@via-rs.net.

3 Orientadora - UNIFRA.

INTRODUÇÃO

Desde a Antigüidade, a praça é considerada como um espaço de convívio e lazer da população. Apesar da divergência quanto à definição do vocábulo “praça”, é consensual a idéia de que ele representa um espaço público e urbano. Essa concepção, isto é, seu caráter social, mantém-se com o passar do tempo e com a evolução das cidades, apesar de o papel da praça, na urbe, ter sido alterado significativamente.

As praças públicas sempre abrangeram uma conotação marcante para as cidades, já que representam um centro, um ponto de convergência da população. Essas áreas públicas continuam desempenhando um papel fundamental no contexto das relações sociais, como locais propícios para o ócio, para a troca de idéias, para os encontros românticos ou políticos, enfim, para o desempenho da vida urbana ao ar livre.

No Brasil, os espaços verdes públicos - arborizados ou gramados -, os canteiros centrais de avenidas, ou os espaços livres entre edifícios podem ser chamado de praças (ROBBA & MACEDO, 2003). Essas abarcam desde áreas destinadas ao lazer esportivo até grandes complexos de articulação da circulação urbana em áreas centrais.

A inadequada ocupação dos centros urbanos é resultante da ineficiência do controle administrativo público municipal sobre tal processo, o que tem contribuído para o caos paisagístico e para a agressão ao meio ambiente. A presença da poluição ambiental torna-se cada vez mais evidente, principalmente quando se está diante de um local em que os fatores causadores da poluição são, muitas vezes, protegidos por atos administrativos (ROBBA & MACEDO, op.cit.). Um tipo de poluição encontrada é a visual que, de uma forma geral, significa o limite a partir do qual o meio não consegue mais assimilar os elementos causadores das transformações em curso e acaba por perder as características naturais que lhe deram origem. Quando a quantidade de informações e mensagens parte de um determinado ponto, tal acúmulo cria uma sensação de irritabilidade, pois surte um efeito negativo e não dá liberdade a uma adaptação das mensagens.

O tema acima referido foi bastante estudado na década de 70, agora, é necessário reestudá-lo, já que possui propriedades de elevada subjetividade e de difícil dimensão (VARGAS & MENDES, 2000).

Em relação às praças, observa-se, em Santa Maria-RS, áreas de lazer em tipologias, tamanhos e formas diversas. A mais central de todas é a Praça Saldanha Marinho. Historicamente, ela representa o primeiro logradouro da cidade e sempre foi o ponto de

referência da população e de seus visitantes, mas hoje se apresenta modificada por uma série de reformas com caráter modernizante. Essas sucessivas e dramáticas modificações, concedidas pelo Poder Público, alteraram antigas e tradicionais estruturas paisagísticas, ficando o espaço da praça muito distinto de sua forma original, principalmente pela presença das árvores e do intenso comércio informal, pois ambos pois descaracterizam e prejudicam a imagem da praça.

A questão da poluição visual, na Praça Saldanha Marinho, é discutida neste trabalho. Para dar conta do tema, investigou-se a opinião de profissionais da área de Arquitetura/Urbanismo e Engenharia Florestal e, também, arrecadaram-se fotos antigas e atuais, a fim de definir os problemas que a praça apresenta do ponto de vista funcional, estético e ambiental. Almejou-se não só identificar possíveis leis de conservação ambiental, mas também obter sugestões sobre as formas de sanar as questões relacionadas à poluição visual. Com este trabalho, acredita-se na possibilidade futura de atingir-se o resgate do real papel da praça para a população.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica, a seguir, abrangerá os seguintes tópicos: a história de Santa Maria; a origem da Praça Saldanha Marinho; o meio ambiente; a educação ambiental e a poluição visual.

HISTÓRIA DE SANTA MARIA

Santa Maria, cidade do interior do Rio Grande do Sul, localiza-se no centro do Estado. Em relação à sua criação, Marchiori & Noal Filho (1997) explicam que a cidade de Santa Maria não teve uma formação oficial assinalada em documentos ou marcos, no entanto, o acampamento militar de 1797 registrou, definitivamente, a fundação de Santa Maria. Na colina, onde se situa o centro da cidade hoje, foram construídos ranchos e um simples oratório. Ali surgiu a rua principal e um largo que deram origem à atual praça Saldanha Marinho.

Santa Maria conservou-se com características simples e sem grandes desenvolvimentos na maior parte do século XIX. A partir da chegada da ferrovia, a cidade começou a progredir, momento em que já possuía três ruas principais, a Rua do Comércio (atual Rua Dr. Bozano), a Rua do Acampamento e, também, a Avenida do Progresso (atual Avenida Rio

Branco), esta última era uma larga ladeira que possibilitava aos passageiros da estação ferroviária irem ao centro da cidade. Eram ruas calçadas, bem cuidadas e com edificações (MARCHIORI & NOAL FILHO, 1997).

Emancipada em 1858, Santa Maria viveu até os anos trinta, a pacata rotina de uma cidade do interior. A partir de então, começou a se transformar radicalmente (BLAYA PEREZ *et al.*, 1999), ocupando posição de destaque no Rio Grande do Sul, setenta e dois anos após sua emancipação política (KNA-CKFUSS, 2002).

ORIGEM DA PRAÇA SALDANHA MARINHO

Santa Maria apresenta um número expressivo de praças, distribuídas por toda a cidade. Somente no centro, encontram-se seis áreas de lazer. Como marco de referência, tem-se a “Saldanha Marinho”, com a sua história, seu significado e sua função. Esse logradouro foi, primeiramente, conhecido como “Praça Conceição” ou “Capelinha”. Quando a cidade de Santa Maria passou à Freguesia⁴, em 17-11-1837, a praça passou a se chamar “Praça da Matriz” e, posteriormente, como a conhecemos hoje, “Saldanha Marinho”. (MARCHIORI & NOAL FILHO, 1997).

De acordo com o jornal O Estado (PRAÇA SALDANHA MARINHO, 1904), o calçamento da praça foi feito em 1904. Observa-se, nos documentos fotográficos do Acervo Histórico do RS, que o pavimento da praça era de ladrilho hidráulico. Em fotos datadas de 1930 (Figura 1) e de 1976 (Figura 2), esse detalhe é claramente observável, além de também revelar desenhos geometrizados. Após sucessivas reformas, os tais ladri-



Figura 1 - Foto da Praça Saldanha Marinho
Década de 30: Lampert, 1934.

⁴ Do Latin *Frequentia*, *freguesia* exprime o conjunto ou a totalidade de pessoas (*fregueses*) que, com frequência ou habitualmente, compram em um estabelecimento comercial (SILVA, 1997).

lhos foram simplesmente retirados e deram lugar ao atual pavimento.

No logradouro, aconteciam os eventos mais importantes da cidade como “a Batalha de Flores”, no Carnaval de 1908. Nele foi construído, em 1909, entre a face sul e leste, o primeiro quiosque todo de madeira, conhecido como a “Casa de Chopps”. Porém, essa casa foi destruída por um incêndio em 1922 (MARCHIORI & NOAL FILHO, 1997).

Em 1923, surgiu o quiosque hexagonal, que veio a ser montado para fins comerciais, isto é, para a venda de jornais, flores, revistas e outros objetos na via pública (BLAYA PEREZ *et al.*, 1999). Em 1933, surgiu o coreto e, no lugar do quiosque hexagonal, foi criado um chafariz. O chafariz era adornado, na parte alta, com três estátuas de Terpsícores⁵, moldadas em bronze.

O coreto era um pavilhão para a apresentação de bandas e concertos musicais. As bandas de música da época apresentavam-se aos domingos e feriados.



Figura 2 – Foto da praça Saldanha Marinho no ano de 1976.
Fonte: acervo pessoal de Antônio Isaia.

Atualmente, a praça apresenta-se com um novo desenho, além de exibir um comércio ambulante, pichações e outras interferências (Figura 3). Sob esse enfoque, o jornal *A Razão*, em uma reportagem de janeiro de 2004, relata a situação em que as praças da cidade de Santa Maria se encontram no presente.

⁵ Na mitologia grega, Terpsícores é a musa da dança.

Segundo a reportagem, a praça Saldanha Marinho apresenta um dos seus lados tomados por tendas de vendedores ambulantes, limitando o espaço à população. Nesse local, faltam lâmpadas, o chafariz não funciona, os vidros das cabines telefônicas estão quebrados, as lajotas das floreiras estão danificadas e defeito nos bebedouros causam alagamentos no local. Como se vê, um local de lazer e descanso para o público de Santa Maria que, no entanto, apresenta diversos problemas.

Blaya Perez *et al.* (1999) referem que as praças não são mais como se desejaria. Ressentem-se da falta de arborização ou ajardinamento adequados, o que constituiria para a população um local de alívio nos dias de calor, ponto de convergência e de distrações. Knackfuss (2002), assim como Blaya Perez *et al.* (op. cit.), afirmam que a praça Saldanha Marinho apresenta-se com um desenho urbano “bastante comprometido”. Esse problema é abordado de uma maneira contundente pelos autores que alertam para o aspecto causal dessa situação, vale dizer a falta de conscientização da população em relação ao meio ambiente.



Figura 3 – Foto da praça Saldanha Marinho, datada de maio/2004.

Fonte: Menezes, 2004.

Ainda no que tange à arborização, o engenheiro florestal Solon Longhi⁶ afirma que, no passado, a arborização da praça era toda composta por cinamomos (*cinnamomus*, da família das lauráceas), porém ela foi mudando com o passar dos anos. Atualmente, encontra-se, na praça, uma diversidade de espécies, algumas inadequadas para a área. No planejamento paisagístico, as espécies de árvores e arbustos devem ser cuidadosamente selecionadas a fim de não causarem problemas hidráulicos, nem de calçamento.

⁶ O Prof. Solon Loghi foi o responsável pelo levantamento das espécies arbóreas da praça Saldanha Marinho

MEIO AMBIENTE

O termo meio ambiente é, muitas vezes, associado somente aos elementos da natureza. Entretanto, sabe-se que existe o meio ambiente urbano. Tal equívoco parece ser consequência de um sistema de idéias vigentes em que o homem não se considera como parte do meio (SERRÃO, 2003).

De acordo com o autor citado, pode-se pensar que os problemas daí decorrentes caracterizam-se como uma questão ambiental importante. Entretanto, as questões de hoje são, muitas vezes, consequências da modernização e do consumismo, características da sociedade, que podem acabar gerando uma desordem na natureza.

Nota-se que a desorganização de um espaço é um reflexo, entre outras coisas, das injustiças da vida social. A crise do meio ambiente coloca em questão a organização social e suas leis. Busca-se o acesso a bens coletivos como a água e o ar, em níveis e qualidades compatíveis com as condições adequadas de existência; os recursos naturais de uso comum necessários à existência de grupos socioculturais específicos; a garantia de uso público do patrimônio natural, constituído pelas áreas verdes, cursos d'água e nascentes, freqüentemente degradado pelo uso privado, incompatível com os interesses coletivos da sociedade.

A natureza interligada à Educação Ambiental, tema que será tratado no próximo tópico, pode mostrar como se propaga ainda mais a consciência desse acesso.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação ambiental tem como objetivo formar novos cidadãos, preocupados com a sustentabilidade do planeta. Ela pode proporcionar aos indivíduos, de uma maneira geral, boas relações com seu meio por intermédio do ensino formal (escolas) ou não-formal (outros espaços). Essa é uma posição indispensável para se estabelecer a consciência ambiental e se modificar a atitude das pessoas diante dos novos padrões de desenvolvimento. Tal área de conhecimento deve ter caráter interdisciplinar e objetivar o preparo do ser humano para viver em harmonia com o seu meio (CANAL *et al.*, 2003).

Como se definiu na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi realizada na capital da Georgia - CEI (14 a 26 de outubro de 1977) e organizada pela UNESCO, em cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente),

é preponderante que o processo educativo propicie ainda uma percepção integrada da natureza complexa do meio-físico natural e do meio construído pelos seres humanos. Considerar a educação ambiental, no presente trabalho, é fundamental para tratar da questão da poluição visual, tópico proposto, que complementarará esta seção.

POLUIÇÃO VISUAL

A poluição visual se refere a tudo que choca as impressões colhidas pelos olhos. Assim, consiste no efeito de qualquer ação que prejudique o bem-estar da população e afete as condições funcionais, estéticas e ambientais, ao ser observado pelo olho humano.

Segundo Maskulka (2004), para abordar, adequadamente, esse tema é necessário estudar outras áreas do conhecimento como Psicologia, Arquitetura, Semiótica, Engenharia Florestal, Programação Visual, Comunicação, entre outras, a fim de se compreender a poluição visual em seu conjunto.

Para estudar esse tipo de problema na cidade, é necessário, primeiramente, enxergá-la como um conjunto arquitetônico resultante dos processos sociais no espaço urbano. Esse é, por excelência, o espaço do posicionamento dos interesses, do processo histórico de definição dos direitos do sujeito e da coletividade, inseridos na arquitetura da cidade. Santos (2004) entende que a cidade deveria ser um local agradável de se viver e trabalhar, na qual cada cidadão pudesse usufruir de saneamento, transporte, lazer, recreação, esporte, cultura e de um ambiente visual limpo. Nessa medida, a estética urbana é necessária e primordial para o bem-estar da população, passando a representar um elemento importantíssimo em uma cidade, não só por suas características, mas também por sua utilidade, como um bem de todos.

Segundo Rodrigues (1986), as áreas urbanas apresentam problemas decorrentes do produto social que se reflete em suas funções. São questões desenvolvidas no cotidiano da vida da cidade, no que tange à infra-estrutura, ao comércio, à prestação de serviços, aos transportes e, também, ao que se relaciona ao uso do solo. Ressalta o autor que existe uma problemática, que é o comércio, prejudicando a identidade da paisagem urbana. O que parece estar em jogo é o interesse econômico presente nos centros urbanos, onde a “propaganda é a alma do negócio”, mas deixando de lado a qualidade de vida do ambiente.

De acordo com Robba & Macedo (2003), as cidades de grande e médio porte passaram por algumas transformações. O crescimento exigiu

reconstruções e ampliações da infra-estrutura urbana. Dentro do contexto das mudanças nas áreas centrais das cidades e da expansão dos limites periféricos da malha urbana, os espaços públicos servem para amenizar as condições climáticas da qualidade do ar e amenizar insolação, destinam-se ao lazer e também representam um espaço articulador e centralizador de circulação dos pedestres.

A grande viabilidade dos espaços livres públicos tem a sua importância dentro da cidade. Eles têm suas funções retificadas a todo o momento, com o crescimento urbano exagerado; portanto do ponto de vista da qualidade ambiental urbana, sua existência é fundamental. Infelizmente, essas áreas vêm se transformando em espaços para veiculação de propagandas políticas ou comerciais, para comercialização de produtos, para acomodação de indigentes, entre outras funções distorcidas.

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado em três etapas, tendo em vista uma investigação bibliográfica, uma documental e uma de campo.

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O levantamento bibliográfico constou de consultas em livros, jornais, artigos, dissertações e teses, encontrados em bibliotecas ou cedidos por profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia florestal. Foram também realizadas buscas de sites na Internet que versam sobre o tema. Com essa coleta, obtiveram-se os seguintes materiais: livros sobre a história de Santa Maria; artigos que se referem tanto à praça Saldanha Marinho quanto à poluição visual; tese de doutorado intitulada “Chances e Restrições de Movimentos de Crianças Moradoras na Região Central da Cidade de Santa”, do Prof. Dr. Cyro Knackfuss (UFSM), com abordagem sobre a praça; bibliografia sobre meio ambiente, arquitetura e urbanismo.

PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental constou de uma procura por fotos que registrassem a praça em décadas passadas, e por leis municipais e federais que envolvessem o problema da poluição visual. A partir dessa investigação, tomou-se ciência dos seguintes documentos: materiais fotográficos da antiga praça, em torno de quinze fotos, coletadas no Arquivo Histórico da Secretaria de Cultura de Santa Maria, no Laboratório de Re-

prografia do Curso de Arquivologia da UFSM e no acervo particular de Antônio Isaia;

registros fotográficos da atual praça, em um total de quarenta e cinco fotos, realizados por um profissional da área e pelo autor da pesquisa, além das fotos investigadas em jornais da cidade;

leis de “Proteção e Fiscalização do Meio Ambiente”, pertencentes à Câmara Municipal de Santa Maria (leis de número 4238/99, de 28-06-1999);

Lei Federal sobre “Política Nacional do Meio Ambiente”, seus afins mecanismos de formulação e aplicação”(lei de número 6.938/81 art.3o , inc. I; art. 3o , inc. III d, grifamos).

PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo envolveu o levantamento das espécies arbóreas e da aplicação de um questionário a arquitetos e urbanistas que atuam em Santa Maria. Para a elaboração da lista de espécies arbóreas, contou-se com o auxílio de um engenheiro florestal, que realizou o levantamento, a identificação e o relatório das árvores existentes no local.

O questionário foi aplicado a arquitetos e urbanistas, por serem eles os profissionais que estão mais estreitamente ligados às questões paisagísticas, estéticas e funcionais do meio ambiente. Para a realização desta etapa, elaborou-se um questionário de múltipla escolha e perguntas subjetivas, tais como: Você considera a Praça Saldanha Marinho referência para a cidade de Santa Maria? Pergunta no 2-3-4: Como você classifica as condições funcionais, ambientais e paisagísticas da Praça Saldanha Marinho? Pergunta no 6: Como você classifica o comércio informal estabelecido na Praça Saldanha Marinho? Pergunta no 7: Que nota você atribui para a Praça Saldanha Marinho? Pergunta no 8: Dê alguma sugestão para a melhoria da Praça Saldanha Marinho . Pergunta no 9: Qual o significado urbano da Praça Saldanha Marinho nos dias de hoje? Pergunta nº 10: Como você classifica o controle da paisagem urbana na Praça Saldanha Marinho?. Observação no 11: Dê a sua opinião de forma sucinta sobre a Praça Saldanha Marinho .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados sobre a poluição visual da Praça Saldanha Marinho baseou-se na comparação e relação entre fotos da praça em épocas distintas, considerando as espécies arbóreas presentes no local, as leis municipais de proteção ao meio ambiente e a opinião de profissionais

especializados. São apresentados os resultados concretos sobre a questão ambiental da Praça Saldanha Marinho e seu principal problema, o comércio informal.

Diante de todos os registros fotográficos coletados sobre a praça, selecionaram-se algumas fotos antigas e atuais para a comparação. As fotos que melhor revelam as condições da Saldanha Marinho, em décadas passadas e nos dias atuais, foram escolhidas para a análise. O confronto entre as fotos ressaltou diferenças significativas durante o decorrer do processo de modernização da cidade.

Como pode ser visualizado nas figuras 1 e 2, a praça, nas décadas de 30 e 70, possuía uma área com vegetação mais baixa – arbustos que permitiam que o espaço construído se integrasse ao ajardinamento.

Nesse tempo, as espécies arbóreas exibiam um pequeno porte, o que significa que este lugar de lazer era bem projetado. As árvores (ex.: pinheiros, ciprestes e figueiras ornamentais e, ainda, os arbustos e outras plantas menores), no seu conjunto, constituíam elementos da estrutura paisagística. Eram elementos de composição e de desenho urbano que contribuíam para organizar, definir e até delimitar os espaços, além de embelezar o lugar quais para a recreação de seus habitantes.

Na fotografia registrada em 1976, o local tinha a seguinte configuração: apresentava um desenho simples, de formas retangulares que obedeciam ao antigo traçado da praça, na década de 30. Alguns canteiros mantinham quase as mesmas características, isto é, poucas e pequenas árvores e arbustos.

A Praça Saldanha Marinho apresentava uma série de bancos de concreto com o assento em madeira; já o revestimento de piso era em ladrilho hidráulico, que formava um belo desenho geometrizado.

As calçadas eram largas, o que facilitava a movimentação dos transeuntes. Havia duas pequenas bancas de comércio informal instaladas próximas ao chafariz. Como se verifica, a Praça Saldanha Marinho, nessa época, apresentava-se em um visual bastante claro e, continha elementos para recreação ao ar livre.

Os antigos postes de ferro da década de 30, já tinham sido substituídos por alguns de concreto, que estavam posicionados na parte exterior e interior da praça, sem alterar sua qualidade visual. As luminárias mais altas, com luzes no topo, resolviam a iluminação do espaço. Como na década de 30, em 1976, o coreto mantinha-se com suas características originais, e o chafariz ainda não abrigava tartarugas. Nas fotografias das figuras 4 e 5, de maio/2004, nota-se um desenho bastante diferente da praça em relação às décadas passadas, nem parece a mesma praça, já que apresenta sinais bastante caóticos.



Figura 4 - Foto da Praça Saldanha Marinho, datada de maio de 2004 (à esquerda, encontram-se as barracas do comércio ambulante).

Fonte: Mezzomo, 2004.

Verifica-se, primeiramente, que algumas espécies arbóreas de alto porte obstruem completamente a visualização da praça. Do ângulo que a foto foi tirada, não é possível visualizar o coreto nem o chafariz, pois as árvores se sobrepõem.

Os bancos da atual praça foram substituídos por outros bancos de ferro e madeira e encontram-se em mau estado de conservação. Há uma grande quantidade de propagandas e de placas de sinalização, localizadas no entorno do logradouro.

Cabe dizer que o que mais agride, visualmente, é a instalação do comércio informal permanente. As barracas obstruem por completo o desenho da praça e parecem “favelas” situadas no centro da cidade (KNACKFUSS, 2002). Blaya Perez *et al.* (1999) reafirmam essa opinião, pois acreditam que a Praça Saldanha Marinho apresenta-se com um desenho urbano bastante comprometido.

Basicamente, a forma de poluição visual de que se está tratando, advém das instalações que comprometem a paisagem, desorganizando e desarmonizando certos elementos que a compõem. Pelas análises fotográficas da praça, constatam-se várias modificações que foram ocorrendo com o passar dos anos. Dentre elas, algumas foram benéficas como é o caso da passarela sobre o viaduto Evandro Behr, pois contribuiu para a fluência e segurança do livre circular dos pedestres. Ali a área ganhou espaço, mas infelizmente agora está perdendo para a invasão chamada “comércio informal,” que se localizou de uma forma permanente e extensiva.

O alcance visual sobre algumas áreas da praça ficou prejudicado porque há perda de sua visibilidade. Acredita-se que essa área poderia oferecer muito mais à população em termos de lazer. Contudo, como foi lembrado por um arquiteto urbanista, sujeito da pesquisa (S3), “observa-se uma desarmonia em progresso, é um espaço central que não é respeitado”.

No entanto, há Leis Municipais que autorizam o Poder Executivo a criar um local permanente para o funcionamento da Feira do Artesanato no Município de Santa Maria- o comércio informal⁷.

Parece existir uma convivência por parte do poder municipal, que criou a lei e da população em geral que compra suas mercadorias com a manutenção desse comércio. Se as leis regionais não estão dando conta da preservação do ambiente, deve-se lançar mão das leis federais para tentar resolver o problema da poluição visual. A fim de se poder fazer uma completa análise dessas questões, é interessante observar os resultados da aplicação do questionário aos profissionais de arquitetura e urbanismo.

A partir da visita à Praça Saldanha Marinho com o engenheiro florestal, Prof. Solon Longhi, para a identificação e o levantamento das árvores existentes na praça, buscou-se a opinião técnica referente à adequação das espécies presentes no local. Segundo Longhi, no passado, a arborização da praça era toda de cinamomos (*cinnamomus*). Depois de anos, essas árvores foram sendo substituídas por outras espécies; hoje, encontra-se uma grande diversidade no local, como a figueira, o guapuruvú, o ligustro, a sibipiruna, a extremosa; muitas interferindo na paisagem da praça.

Segundo o profissional consultado, é interessante que sejam avaliados alguns aspectos antes do plantio de qualquer tipo de arbórea. Não se deve plantar espécie de grande porte com raízes superficiais em passeios públicos. Deve-se respeitar a forma como será plantada, para que as raízes não prejudiquem os encanamentos, as redes de esgoto pluvial e as redes de abastecimento de água.

A figueira (*ficus elastica*), também conhecida pelo nome de “Falsa Seringueira”, segundo Lorenzi (2003), é uma árvore de grande porte, originária da Ásia, de tronco volumoso, portanto não é aconselhável seu plantio em calçadas, avenidas, praças, já que seu sistema radicular pode provocar danos no calçamento, nos muros e na rede de esgoto subterrâneo.

⁷ Comércio é a atividade que consiste em trocar, vender ou comprar produtos, mercadorias, valores. Ambulante é o ser que se locomove, le anda ou migra, não tem lugar fixo. Aquele que não se fixa em um só lugar, como comprador ou vendedor, para exercer o seu comércio.



Figura 5 – Foto do coreto (com pichações na coluna), na Praça Saldanha Marinho, datada de maio de 2004.
Fonte: Mezzomo, 2004.

As raízes podem entrar em conflito com a pavimentação (superficiais) e/ou com as redes de infra-estrutura subterrâneas (superfícies e pivotantes – que giram em torno de um ponto fixo, como um pivô), podendo penetrar nas canalizações, rompendo-as ou entupindo-as.

Os ambientalistas defendem o uso de espécies nativas na arborização de ruas e praças, tanto para valorizar o patrimônio natural do País, quanto para não correr o risco de muitas espécies exóticas tornarem-se invasoras de ambientes naturais.

Pelos resultados da aplicação do questionário, pode-se notar que 86% dos profissionais responderam positivamente à primeira questão,

eles consideram a Praça Saldanha Marinho uma referência histórico-cultural para a cidade de Santa Maria. Apenas 14% se posicionaram de forma neutra. Como resultado da segunda pergunta, 50% dos entrevistados não acreditam na funcionalidade deste espaço e 43% posicionaram-se de forma neutra. Apenas 7% acreditam que a praça seja funcionalmente adequada. Na terceira questão, 43% das respostas foram negativas e 50% neutras. Apenas 7% dos sujeitos classificaram as condições ambientais como adequadas. Nas questões quatro e cinco, 57% dos profissionais foram neutros, eles acreditam que as condições da praça são regulares. Classificaram-se como negativas 29% das respostas; apenas 14% como positivas. Em relação à questão seis, os arquitetos foram unânimes, todos os sujeitos da pesquisa (100%) classificaram o comércio informal da praça como péssimo. As respostas dadas à sétima pergunta, mostraram que a maioria (64%) posicionou-se de forma neutra, 36% deram nota negativa, não houve nenhuma nota positiva. Como sugestões para a melhoria da praça, oitava pergunta, 79%, dos sujeitos emitiram uma opinião negativa, enquanto apenas 21% dos informantes permaneceram neutros. Vale lembrar de que se classificaram como respostas negativas àquelas cujo número de soluções dadas para a recuperação da praça foi superior a duas, ou seja, quanto maior o número de soluções propostas para os problemas que a praça vem apresentando, maior o caráter negativo da resposta.

Foram sugestões: a realização de um tratamento funcional, estético e ambiental correto para a praça e seu entorno; uma despoluição abrangente (visual, higiênica, social, etc.); remoção do comércio informal; manutenção de policiamento, a fim de preservar os elementos que compõem a praça (bancos, monumentos, lixeiras, etc.); dar destaque aos monumentos e aos bens tombados; iluminação adequada; definições de reformas necessárias à manutenção da praça. Com referência à pergunta nove, metade dos entrevistados, 50%, acredita que a praça não perdeu a finalidade para a qual foi desenhada, já 43% dos informantes acreditam que ela poderia ser mais agradável e segura, os 7% restantes não se posicionaram em relação a essa questão. Nas respostas à pergunta dez, observa-se uma concordância entre 57% dos arquitetos ao declararem que o controle da paisagem está péssimo, já 43% dos profissionais, posicionaram-se de forma neutra. Na última questão P11, um número bem expressivo de respostas, 64%, observou que a situação de conservação da praça não é boa. Verifica-se esse fato nos relatos dos profissionais.

Pode-se concluir que arquitetos e urbanistas, em consenso, acreditam que a Praça Saldanha Marinho está sem referência, sem função, sem estética, vale entender sem condições ambientais/paisagísticas, sem arborização adequada.

A seguir transcrevem-se trechos das respostas do questionário referente à pergunta nº 11

...”Marco significativo inserido na percepção espacial da comunidade, que aos poucos está perdendo esta importância. Isso ocorre devido a várias reformas mal conceituada, que além de ser uma questão de deseconomia, contribui de maneira acentuada para a sua descaracterização”.(S2).

...”A praça central não é respeitada. É um espaço para múltiplas atividades, como se fosse de uma aldeia medieval. Os administradores e o povo, em consequência, continuam pensando Santa Maria como uma província ferroviária do início do século XX... Uma cidade universitária, pólo de desenvolvimento, não pode ativar seu espaço central a marginais e atividades provinciana:, uma feira contínua, artesanato, produtos coloniais, engraxates, sanitários, shows, poluidores, cachorro-quente, um contínuo e deseducativo PENSAR PEQUENO, próprio de nossas administrações municipais. A população merece dignidade, beleza, cuidado”(S3).

”Acredito ser o principal ponto de caos urbano no centro da cidade de Santa Maria, inclusive foco de criminalidade”(S4).

...”Apresenta um pseudo-uso social, não atendendo atividades ou funções locais, ou em relação à cidade, necessitando estabelecer um uso definido com espaços, equipamentos, arborização apropriados”(S7).

“... Algumas árvores foram plantadas sem nenhum conhecimento de seu perfil ou características. O chafariz e o coreto, que poderiam ser um atrativo diferenciado, nunca sofreu manutenção, por isso mesmo estão sucateados”(S11).

Esses depoimentos são fundamentais, uma vez que expressam opiniões técnicas sobre as condições funcionais, estéticas e ambientais da praça. Esses pareceres corroboram na identificação da poluição visual da Praça Saldanha Marinho, por meio de uma visão esclarecedora das suas consequências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho, cujo objetivo foi investigar a poluição visual da Praça Saldanha Marinho, mostraram que tal logradouro sofreu várias alterações

com o passar dos anos. Dentre as modificações, algumas delas vêm contribuindo para o caos visual. Acredita-se que nada comprometa mais as condições ambientais de um espaço urbano do que esse tipo de problema, que vem sendo causado por fatores como a existência de espécies arbóreas inadequadas ao tamanho do local, comércio informal permanente, lixos e pichações. Além disso, como afirma S7 (informante desta pesquisa), “a praça apresenta um pseudo-uso social...precisa se definir como espaço funcional, estético e ambiental”.

Esse panorama da praça é resultante da análise de vários elementos que hoje a compõem: suas arbóreas, o comércio presente no seu entorno, o estado dos seus equipamentos (bancos, lixeiras, placas, calçamento, monumentos, coreto, chafariz).

Mediante o confronto dos registros fotográficos da Praça Saldanha Marinho (passado e presente), concluiu-se que muitas mudanças aconteceram em vista disso, infelizmente, o caráter original da praça está perdido e comprometido devido às várias propostas de “modernização”.

No passado, a praça exibia um desenho simples, portanto, seu espaço apresentava um visual bastante claro, que continha elementos para a recreação e para o ócio. No presente, ela se mostra com uma problemática que é o comércio informal definitivo, cuja presença agride a identidade do meio ambiente, prejudicando-a de diversas formas.

Acredita-se que os fatores econômicos e sociais contribuíram para o declínio da aparência desse lugar. Contempla-se uma nova era, na qual o “camelódromo”, os atos de vandalismo, a falta de projetos paisagísticos adequados e a política populista, que privilegia alguns, tornaram a praça descaracterizada, principalmente, pelo aspecto poluidor. Agora, há apenas um patrimônio histórico-cultural sem qualidade ambiental.

É importante lembrar de que existem leis federais, estaduais e municipais de proteção ao meio ambiente, entretanto, parece que elas não vêm sendo adequadamente cumpridas.

Conclui-se, com esta pesquisa, que alguma atitude deve ser tomada, seja por iniciativa da população, seja pelo órgão municipal responsável, a fim de não se perderem por completo a referência e a função da praça - de contemplação e de lazer. Cabe aos profissionais da área de educação ambiental alertar sobre esse tipo de problema, assim permitindo a adequada compreensão da complexidade do meio ambiente e a interdependência entre os diversos elementos que o conformam, com vistas a utilização racional, de recursos para a satisfação material da sociedade, no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAYA PEREZ, Carlos. *et al.* **Santa Maria em preto e branco**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1999.

CAÑAL, Pedro, *et al.* **Educação Ambiental**. Disponibilidade em: <<http://www.projetovida.sites.uol.com.br/informaLista14.htm>>, 2003.

FORTES, João Borges. **Santa Maria da Bocca do Monte** - Cidade e Município. Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1902. Santa Maria. 1902.

KNACKFUSS, Cyro. **Chances e restrições de movimentos de crianças moradoras na região central da cidade de Santa Maria**. Santa Maria. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

LORENZI, Harri, *et al.* **Árvores exóticas no Brasil: madeiras, ornamentais e aromáticas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2003.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1997.

MASKULKA, James M. **The Visual Pollution Index: An Exploratory Discussion and Research Proposition for Introducing a Rational Approach to Integrate Commercial Urban Signage with Urban Planning Goals**. Working Paper. Lehigh University. Department of Marketing. USA, 2004.

PRAÇA SALDANHA MARINHO. **O Estado**. Santa Maria. 2 de abril- 1a p, 1904.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. 2a ed. - São Paulo: Editora da USP, 2003.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Desenho urbano: cabeça, campo e prancheta**. São Paulo: Ed. Projeto, 1986.

SANTOS, Ricardo. **Triste cultura da pichação**. Disponibilidade em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com>>, 2004.

SERRÃO, Monica A. **Afinal o que é meio ambiente?** Digitalizado. Universidade Estácio de Sá.(FAPERJ), 2003.

VARGAS, Heliana Comin.; MENDES, Camila Faccioni. **Poluição Visual e Paisagem Urbana: quem lucra com o Caos?** Arqutextos- Periódico mensal de textos de arquitetura. São Paulo. Disponibilidade: em: <http://www.vitruvius.com.br/arqutextos/arq000/bases/texto116.asp>, 2000.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Lauro. Fotografia da Praça Saldanha Marinho. **Arquivo do jornal Diário de Santa Maria**. Santa Maria. 12 de maio, 2004.

BELTRÃO, Romeu Calderan. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho, 1787- 1930**. Canoas: La Salle, 1979.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Meio Ambiente**. Disponibilidade em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/leisassunt/Mambiente.htm>>, 2003.

CAMELÓDROMO - POLÊMICA SEM FIM! **A Cidade**. Santa Maria, 17 janeiro, 2004.

CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL. **MEIO AMBIENTE NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA**. Capítulo V, Seção VI, Artigos 205 a 206. Santa Maria, 1990.

ESTÚDIO CEZAR. **Praça Saldanha Marinho na década de 1930**. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Santa Maria. Editora UFSM. 20 de fevereiro. 1930.